

Memórias de uma jovem anarquista¹

Maria Luiza Tucci Carneiro²

A leitura das memórias de Zélia Gattai, registradas em *Anarquistas, Graças a Deus*³, traz até nós o cotidiano fantástico de um São Paulo que não volta mais. Nas páginas deste livro -- cuja primeira edição veio à público em 1979 -- a “vida explode”, como muito bem afirmou Jorge Amado, também testemunho dos tempos em que ser anarquista ou comunista era crime. *Anarquistas, graças a Deus*, nos oferece a rara oportunidade de desvendar, ao sabor das lembranças, a ação de um grupo de homens e mulheres que, movidos por suas utopias, ajudaram a fazer história. Mulheres de fibra, jovens atrevidos, filhos de imigrantes italianos -- a maioria anarquistas, antifascistas, anticlericalistas -- sonhadores como tantos outros anônimos que, malditos por suas idéias, foram considerados “perigosos a ordem pública e a Segurança Nacional”.

Ao escrever suas memórias, Zélia deixou-nos um importante o legado: o do registro histórico, produto de sua curiosa vivência na velha São Paulo da garoa. São Paulo das serenatas, dos corsos canavalescos na Avenida Paulista, dos bailes de salão animados com ritmo de “Charleston”. Tempos em que comprar na Loja do Ceylão e passear na Rua Direita era programa de paulista. Os mais aristocratas faziam questão de usar gravata preta a “la Vallière”, chapéu de aba muito larga, luvas, polainas amarelas, monóculo e bengala. Tempos inesquecíveis para quem -- além de tocar discos no gramofone -- testemunhou a chegada do rádio, o fim do cinema mudo, as competições automobilísticas e os vibrantes encontros políticos no salão do *Café Guarani* ou na sede das Classes Laboriosas.

Ao narrar sua infância e juventude, a autora extrapola o simples ato de lembrar recriando os tempos libertários vivenciados pela família Gattai, rebelde por tradição. Através de sua narrativa, o proletariado paulista -- então espalhado pelos bairros do Brás, Móoca e Bexiga -- ganha rosto e movimento, delineado por emoções que expressam seus ideais de luta. Ativistas anônimos ganham nomes e o imaginário social apresenta-se recheado de símbolos e imagens captadas pela sensibilidade feminina de Zélia.

¹ Palestra proferida durante evento realizado em 1996 em homenagem à Zélia Gattai (1916-2008) por ocasião de seus 80 anos. Texto publicado no livro *Seminário Zélia Gattai. Gênero e Memória*. Apresentação Myriam Fraga. Salvador, FCJA; Museu Carlos Costa Pinto, 2002, pp. 39-54.

² Historiadora, professora Livre-Docente do Departamento de História, FFLCH/USP. Autora de *O Anti-semitismo na Era Vargas* (Perspectiva, 2001), *Livros Proibidos, Idéias Malditas* (Ateliê Editorial, 2002) e *Holocausto, Crime contra a Humanidade* (Atica, 2000), dentre outros títulos.

³ Zélia Gattai, *Anarquistas, graças a Deus. Memórias*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1979; 2ª ed. 1994; e 21ª ed. 1994. Publicado em Portugal (1980, 1984), Argentina (1982), Espanha (1984), França (1982), Itália (1983).

O tom do testemunho explica porque *Anarquistas, graças a Deus* tornou-se fonte de informação para todos aqueles que se dedicam a escrever a história de São Paulo, da imigração, das práticas da leitura, do anarquismo e das mulheres no Brasil. Nas entrelinhas, identificamos matrizes interpretativas de conflitos sociais e políticos que marcaram a trajetória de inúmeras famílias de imigrantes italianos que, como tantos outros estrangeiros, foram transformados em “ indesejáveis do regime” . Ao registrar os ressentimentos, medos e frustrações de um ou outro personagem, Zélia recupera situações inéditas do cotidiano político-social paulistano. E é neste contexto – de confronto entre as elites conservadoras, o empresariado paulista e a massa operária -- que as mulheres emergem como agentes sociais. Zélia – menina atrevida que ainda usava laço de chamalote, cumpria com seu papel de pequena ativista vendendo jornais e números de tombola destinados a subsidiar fundos para o movimento anarquista. Esta prática – de vender números de rifa e tombola -- tornou-se comum nas décadas de 20 e 30 enquanto alternativa para ajudar as famílias desamparadas dos presos acusados de crime político.

Nas entrelinhas da memória, percebemos a dimensão sutil da ação repressiva do Estado republicano que, desde a sua criação em 1889, teve dificuldades para lidar com as diferenças, fossem elas étnicas ou políticas. É sob este viés – o da resistência ao autoritarismo, a xenofobia e ao nacionalismo exacerbado do governo brasileiro – que nos propomos a recuperar, através do cruzamento do testemunho de Zélia Gattai com os documentos policiais, o papel político dos imigrantes e seus descendentes, assim como a ação repressiva do Estado contra aqueles que instigavam a formulação de um pensamento rebelde no Brasil. Os documentos arquivados pela Polícia Política brasileira -- o DOPS ou DEOPS ⁴ -- atestam esta realidade personificada em várias passagens do livro *Anarquistas, graças a Deus*.

A narrativa de Zélia Gattai traz até nós fragmentos deste mundo da resistência que, em alguns momentos, expressou a luta pela sobrevivência dos mais pobres e dos excluídos por sua cor, nacionalidade ou credo político. As trajetórias destes militantes (alguns anônimos, outros com *copyright*) devem ser avaliadas enquanto exemplos de que a população brasileira não se manteve inerte diante dos regimes autoritários. Lutaram por seus ideais agindo na penumbra, escondendo-se da polícia, lendo livros e jornais proibidos.

A história de vida de Zélia ultrapassa o universo de menina rebelde, filha de imigrantes italianos e que, anos depois, casou-se com o escritor Jorge Amado. Suas lembranças sugerem

⁴ DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, será aqui empregado como referência a atuação desta Polícia Política, braço repressor do Estado republicano em nível Federal; e DEOPS, Departamento ou Delegacia Estadual de Ordem Política e Social, extensão estadual do poder autoritário do Estado. Importante lembrar que o DEOPS do Estado de São Paulo começou a atuar em 1924 estendendo-se até 1983 quando foi desativado. Os arquivos ficaram sob guarda da Secretaria da Cultura que, em 1995, colocou o referido acervo a disposição do público consulente.

caminhos para a pesquisa histórica somando informações com os documentos produzidos pelos grupos anarquista, comunista e policial. Dentre as temáticas possíveis de serem ampliadas vale ressaltar: a gênese do movimento anarquista no Brasil, o pensamento liberal de D. Pedro II, as práticas de leitura de uma família anarquista, as utopias libertárias dos imigrantes italianos e espanhóis em São Paulo, posturas anticlericais e antifascistas, a resistência anarquista e suas lideranças políticas, a configuração do movimento feminista no Brasil, estratégias de propaganda política e o papel das mulheres enquanto agentes sociais ⁵.

Colônia Cecília: experiência exótica nos trópicos

Segundo lembranças de Zélia, as idéias anarquistas chegaram ao Brasil na bagagem dos 150 pioneiros que desembarcaram no porto de Santos em 1890. Partindo de Gênova, estes italianos tinham em comum um sonho: o de fundarem a primeira “Colônia Socialista Experimental” na América Latina, empreitada que ficou conhecida como “Colônia Cecília” ⁶. Entre eles estavam Francisco Arnaldo Gattai e sua esposa Argia Fagnoni Gattai (avós paternos de Zélia), acompanhados de seus cinco filhos Guerrando, Rina, Giovanni Ernesto Guglielmo, Aurélio e Hiena. Francisco, assim como tantos outros “irmãos de navio”, vinha em busca do paraíso idealizado por Cárrias, pseudônimo usado pelo Dr. Giovanni Rossi, autor do livreto *Il Comune in Rival al Mare*. Nascido em Pisa, Rossi era formado em agronomia e diretor do periódico *Lo Sperimentale*. Seus seguidores, discípulos das idéias defendidas por Miguel Bakunin e Pedro Kropotkin, sonhavam com uma sociedade governada pela justiça e pelo sentimento humanitário, onde não haveria necessidade de leis, religião e propriedade privada.

Podemos afirmar que o anarquismo no Brasil foi muito mais influenciado por Bakunin do que por Kropotkin, sendo o primeiro responsável pela organização do movimento na Itália e Espanha. Ao clamar pelos ideais de liberdade, Bakunin rompeu com as idéias de Karl Marx, então criticado pelos anarquistas ⁷. No entanto, a nova República – recém proclamada em 1889 -- castrou os sonhos dos pioneiros libertários italianos, seguidores de Cárrias. Os republicanos não conseguiram acompanhar a mentalidade arrojada de D. Pedro II, imperador brasileiro da

⁵ Ver Zélia Gattai, *op. cit.*, pp. 127, 129, 151, 158, 166-168, 170-171, 175-177, 242, 206, 245-246, 266.

⁶ Uma propriedade de 300 alqueires de terras incultas e desertas, foi doada pelo imperador D. Pedro II à Cárrias que o sensibilizara com seu projeto de construir uma colônia experiencial na América Latina. Além das terras, localizadas entre Palmeira e Santa Bárbara, no Paraná, D. Pedro II prometera outros incentivos que sequer chegaram a ser concretizados diante da crise do Império seguida da proclamação da República em 1889. Escreveu sobre este tema Afonso Schmidt, *A Colônia Cecília*. São Paulo: Anchieta, 1942.

⁷ John W. Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.19.

modernidade que estendeu as mãos à Anarquia. O ideário arrojado dos homens da “ Colônia Cecília” esbarrou nos vícios do novo regime que não conseguiu livrar-se da influência dos cafeicultores paulistas, defensores da propriedade privada e portadores de valores cristãos.

Os sonhos de Giovanni Rossi viraram cinzas, corroídos por taras milenares. Na década de 20, o Brasil já não era terra aconselhada aos imigrantes italianos desiludidos com a república brasileira. Ao desembarcarem no porto de Santos, os imigrantes italianos constatavam, de imediato, que haviam sido enganados pelos agentes de recrutamento da imigração oficial. O Éden anunciado pelas companhias de navegação não correspondia a realidade vivenciada por aqueles que eram direcionados para o trabalho braçal nas fazendas de café. É do final do século XIX a expressão “ escravo branco”, usada originalmente no título de um livro publicado na Itália em 1898: *Lo schiavo bianco, ossia l'emigrante italiano in Brasile*, de E. Ciccarese. Esta triste realidade voltou a ser denunciada por Gigi Damiani que, em Milão, publicou a obra *I paesi nei quali non si deve emigrare*⁸.

Intimidados pelas idéias e pela prática libertárias -- e, posteriormente pelas idéias comunistas -- os republicanos radicalizaram avançando contra a anarquia. Preocupado com a circulação de idéias sediciosas, o Governo Provisório emitiu, em 23 de dezembro de 1889, o primeiro decreto de censura que atingiu diretamente a imprensa⁹. Restringia-se a informação, assim como proibia-se reuniões políticas que atentassem contra a nova república laica e liberal. Em 1907, os anarquistas já não eram vistos com bons olhos pelas autoridades policiais e empresários que os acusavam de “ agitadores do ofício pagos por governos estrangeiros” , de “ fazer manobras subversivas” e “provocar a greve entre os trabalhadores”¹⁰.

Um fina lâmina pairou sobre a cabeça dos “subversivos estrangeiros” com a publicação do Decreto nº 1641, a Lei Adolfo Gordo que regularizava a expulsão dos estrangeiros de parte ou de todo o território nacional, ato que instigou a reação da imprensa operária. Em 1923, o Decreto nº 4743 -- conhecido como Lei de Imprensa -- cerceou ainda mais o pensamento, a palavra e a ação dos grupos políticos, dentre os quais os anarquistas e os comunistas. Um ano depois, criava-se o Departamento Estadual de Ordem Política e Social em São Paulo, órgão repressor destinado a vigiar os suspeitos e a punir os criminosos políticos.

⁸ E. Ciccarese, *Lo schiavo bianco, ossia l'emigrante italiano al Brasile*. Napoli: Pesola, 1898 ; Gigi Damiani, *I paesi nei quali non si deve emigrare: La questione sociale nel Brasile*. Milan, Ediz. Di “ Umanità Nova”, 1920. Sobre este tema ver também de Angelo Trento, *Argentina e Brasile come paesi d'emigrazione nella pubblicistica italiana (1860-1920)* in: *Novos Cadernos* (113). São Paulo: Instituto Italiano di Cultura; Instituto Cultural Italo-Brasileiro, pp. 107-142.

⁹ Ana Luiza Martins, “ Sob o signo da censura” in: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002, pp. 175,176.

¹⁰ John W. Foster Dulles, *op. cit.*, p. 29.

Nesta época, a “ Colônia Cecília” já era coisa do passado, experiência frustrada mas não abandonada pelos anarquistas que se (re)organizavam pelos bairros operários de São Paulo. Como imigrantes ou filhos de imigrantes vivenciavam na pele o “ mito do perigo estrangeiro e o dos agitadores profissionais” . O Estado republicano havia aprimorado os instrumentos de controle e repressão, combinando a vigilância aos sindicatos e manifestações operárias. A ordem oficial era para dispersar qualquer tipo de ajuntamento (greve, comício, reuniões partidárias, palestras, bailes, etc) e punir os “ desordeiros” com prisões, degredos e deportações. Numa só sequência vieram a *Lei de Repressão ao Anarquismo*, de 17 de janeiro de 1921 e a *Lei Celerada* de 12 de agosto de 1927 ¹¹.

Neste momento, os anarquistas de São Paulo – e aqui já se encontrava inserida a família Gattai – reuniam-se diariamente com o objetivo de conquistarem adeptos junto a classe operária. Protestavam contra o fechamento de sindicatos e clamavam pela livre circulação dos seus jornais impedidos de circular por “ atentarem contra o regime” . Dentre eles estava o periódico *A Plebe* criado em 1917 e interrompido em julho de 1924, ressurgindo apenas em fevereiro de 1927. Os anarquistas dividiam o foco da repressão e da censura com os comunistas que, desde 1922, atuavam enquanto partido organizado. Esta polarização se fazia mais evidente nos dois pólos industriais brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. Ambas as frentes procuravam afirmar seus princípios valendo-se de estratégias próprias de propaganda política. Os tempos narrados por Zélia são expressivos deste embate: as práticas comunistas implicavam na abolição dos princípios libertários; enquanto que os anarquistas, ao enfatizar suas formas de ação, denunciavam a ineficácia das estratégias de seus opositores e o artificialismo das confederações nacionais.

¹¹ Cf. Decretos nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921 e Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927. Sobre esta questão ver Raquel de Azevedo, *A resistência anarquista. Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, pp. 46,47.

As leituras proibidas da família Gattai

Ao lermos *Anarquistas, graças a Deus*, um mundo proibido de objetos, livros e pensamentos abre-se diante de nós. Zélia Gattai recorda-se de um velho armário onde sua mãe Angelina costumava guardar, entre bibelots de biscuit e um vidro do fortificante *Ferro Quinta Bisléri*, um conjunto de livros anarquistas e o magnífico *La Divina Comédia*, de Dante Alighieri.. O proibido e o escondido apresentam-se sempre como parte do cotidiano dos rebeldes, anarquistas por tradição. Livro proibido tinha “cor especial”, assim como esconderijo para ser guardado. Valia a inventividade de cada um: embaixo do colchão, na fronha do travesseiro, no fôrro de uma almofada e, até mesmo, dentro de um armário velho misturado com roupas, vidros de remédios e perfumes. Cabia, as autoridades policiais, chegar até estes tesouros proibidos, interpretados como sacrilégios da ordem estabelecida, modelos de desordem e anarquia.

O Estado republicano tinha plena consciência do perigo da leitura, prática capaz de alterar comportamentos, corromper a inocência e favorecer o crime político. Daí a leitura não ser uma “prática neutra”, como muito bem demonstrou Márcia Abreu: “Ela é, antes de mais nada, um campo de disputa, é espaço de poder”¹². Tanto assim que a preocupação com a produção de livros e a leitura de certos títulos, tornou-se mais aguda nas décadas de 20 e 30 do século XX. E o proibido é sempre uma tentação. É quando o labirinto se abre numa interminável “pilha” de livros, de todas as cores, tamanhos e conteúdos.

Daí a pequena Zélia lembrar-se -- como se fosse um ritual -- o hábito que ela e seus irmãos tinham de “olhar” livros proibidos, principalmente os ilustrados. Muitas vezes, assustados com as

¹² Márcia Abreu (org.), “Prefácio: percursos da leitura” in: *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, pp. 14,15.

ilustrações de Gustave Doré, davam asas a imaginação: passavam pelo Inferno, subiam ao Purgatório e, finalmente, chegavam ao Paraíso. Após a “leitura” da *Divina Comédia*, avaliada como uma “pesada bíblia”, os jovens rebeldes passavam para o manuseio das bíblias políticas. Às escondidas, familiarizavam-se com os títulos e autores anarquistas, como Pietro Guóri, cujos dramas faziam parte das leituras de D. Angelina; além das obras de Bakunin e de Kropotkin. Émile Zola, autor de *Acuso*, não interessava diretamente às crianças por não ser ilustrado, ainda que o título e o autor lhes fosse familiar. Não que o tivessem lido na escola; ao contrário, lembravam Zóla enquanto ídolo dos italianos anarquistas cuja obra era citada nas reuniões proletárias para comparar o “caso Dreyfus” com o caso Nicola Sacco e Bartholomeu Vanzetti”¹³.

O comentário da autora ao julgamento de Sacco e Vanzetti é um referência datada – 1920/1927 – e deve ser lembrada como uma das mais importantes manifestações públicas ocorridas no Brasil. O processo de prisão, julgamento e condenação dos libertários italianos iniciou-se em 1920, tendo o desfecho em 1927. Nesta mesma época, ainda que numa dimensão menor, os anarquistas espanhóis Ascaso, Durruti e Jovel, presos em Paris, eram intimados pela justiça argentina. Em síntese: por um lado os anarquistas eram glorificados como “mártires do ódio capitalista”, por outro tratados como cidadãos indesejáveis, desordeiros da ordem pública. Os regimes fascistas, tanto na Espanha como no Brasil, especializaram-se reabilitar a imagem negativa do militante anarquista associada ao “homem-bomba”, autor de explosões de bombas de dinamite em locais públicos¹⁴.

Durante o julgamento da dupla Sacco e Vanzetti, ocorreram manifestações massivas de protesto em todo o Brasil colaborando para inserir a luta libertária num movimento internacional que denunciava a injustiça. Diretamente envolvidos e sensibilizados, os anarquistas de São Paulo registraram em suas memórias a história destes militantes, acusados e condenados pela justiça norte-americana de assalto e assassinato¹⁵.

A dimensão internacional alcançada pelo caso explica as inúmeras referências feitas por Zélia Gattai que, como tantos outros italianos, esteve envolvida emocionalmente com o referido julgamento. Em São Paulo chegou a ser criado um *Comitê de Agitação Pró-Liberdade de Sacco e Vanzetti* durante uma assembléia de sapateiros realizada no início de 1926. Comícios e palestras foram realizados em praças públicas e ambientes fechados como, por exemplo, no Salão das

¹³ Zélia Gattai, *op. cit.*, p. 127.

¹⁴ “Explosões de bombas em Brooklyn, N.Y. e Filadélfia- Danos e vítima”. *O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 1927, p. 28; “O jornal Russo Oficial atribui os atentados a dinamite à policia secreta”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1927, p. 5.

¹⁵ “O Orgão do Sr. Mussolini contra a decisão de Fuller” e “O Papa solicita perdão de Sacco e Vanzetti” in: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 de agosto de 1927, p. 28 e 18 de agosto de 1927, p. 3; Raquel de Azevedo, *op. cit.*, pp. 54-56.

Classes Laboriosas, onde ilustres personalidades – dentre os quais o Conde Fróla -- discursaram sobre o caso. Anarquistas, sindicalistas e membros de associações profissionais saíram as ruas da capital para protestar contra a execução de Sacco e Vanzetti. Dentre estes estavam: o sapateiro Agostinho Farina, natural de Baronissa (Itália) preso em agosto de 1927; Affonso Festa, também sapateiro italiano, orador de destaque do sindicato União dos Artífices em Calçados, expulso do território nacional em 1928; e o tintureiro Manoel Esteves, de origem portuguesa, também expulso do território nacional português¹⁶

Ao relacionar o caso Sacco e Vanzetti ao caso Dreyfus, Zélia Gattai demonstra que, apesar de jovem, não deixou de absorver as informações críticas que ecoavam pelo Salão das Classes Laboriosas. E, muito menos, se absteve de folhear os livros “malditos” proibidos pelo regime ¹⁷. Aliás, este estranho costume de *escutar e ler o proibido* (e sempre às ocultas) foi uma constante no cotidiano dos anarquistas e dos comunistas no Brasil, acuados pelo medo imposto pelos aparatos repressivos do Estado. As crianças apenas repetiam, com sabor de aventura, a postura dos seus pais, ativistas identificados com os ideais revolucionários.

Anos mais tarde, em 1937, Zélia testemunhou a apreensão deste farto material sedicioso, tomado como prova da acusação de que seu pai era “um convicto comunista perigoso” cujo grau de temibilidade, segundo a polícia, era possível de ser comprovado. O crime podia ser demonstrado com base nos “ longos mezes de atividades” em que, homens como Ernesto Gattai, não “ titubearam em affrontar até as leis de emergência que acabavam de xpirar consequentes, ainda, da revolta comunista de 1935...”. E, imaginem só: “...*affrontaram elles as leis consubstanciadas do Estado de Guerra*”¹⁸ .

Esta foi a época em que o policial Luiz Apolônio, vizinho dos Gattai, entrou para as memórias de Zélia. Fora de cena, os anarquistas já não incomodavam tanto quanto os comunistas eleitos como “ inimigo nº 1” da ditadura Vargas. Associados a imagem de sangue e violência, os líderes do movimento comunista foram presos e condenados pela Lei de Segurança Nacional, ironicamente apelidada de “ a Lei Monstro”. Ernesto Gattai tornou-se duplamente perigoso por ser estrangeiro, ex-anarquista e comunista. As culpas do passado somadas as acusações do presente, lhe

¹⁶ *Pront. n° 848, de Agostino Farina; Pront. n° 8, de Affonso Festa; Pront. n° 2150, de Manoel Esteves;*

¹⁷ Sobre este assunto ver Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. 2ª ed. São Paulo: Atelê Editorial, 2002.

¹⁸ “ Auto de exibição e apprehensão” . São Paulo, 15 de janeiro de 1937. *Pront. n° 4688, de Ernesto Gattai*, p. 54. DEOPS/SP. AESP.

renderam 4 meses e 13 dias de prisão (ainda que condenado a 7 meses e 15 dias), além de um inquérito de expulsão do território nacional, ato não consumado¹⁹.

Ao cruzarmos as lembranças de Zélia com o conteúdo destes registros policiais percebemos a vida dos Gattai havia mudado de rumo. A polícia de São Paulo afirmou ter encontrado na residência de Ernesto, “papéis comunistas” secretamente guardados em uma almofada ou na fronha do travesseiro de dormir. Interrogada, D. Angelina declarou “ ignorar tais documentos que haviam sido encontrados em um terreno baldio: “ Guardou-os... sem malícia alguma”, afirmou Angelina²⁰. Zélia lembrou-se deste incidente que culminou com o confisco de alguns títulos da pequena e manuseada biblioteca da família. Comprometidos pela cor vermelha da encadernação, foram selecionados para confisco: os clássicos *Os Trabalhadores do Mar*, *Os Miseráveis*, *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo, *Acuso* de Émile Zola e *Dramas Anarquistas*, de Pietro Guóri, dentre outros²¹.

Durante uma outra batida policial, desta vez na oficina do pai Ernesto -- localizada na Rua Theodoro Sampaio, nº 189, no bairro de Pinheiros -- os investigadores localizaram centenas de documentos “ comprometedores”: 108 exemplares do jornal *A Plebe*, 85 exemplares do jornal *A Lanterna*, 2 exemplares do jornal *Spaghetto*, 2 exemplares do jornal *La Difesa*, e exemplares do periódico *L’Aduanata dei Refrattari*, 1 exemplar de *Alba Rossa*, 1 exemplar de *Il Risveglio Anarchico*, 1 exemplar do livro *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista*²².

No seu conjunto, esta imprensa anarquista tinha grande potencialidade -- e a polícia política tinha plena consciência disto -- enquanto veículo propagador das idéias que questionavam os valores e a transformação da sociedade. Uma tônica permanente era a de criticar a grande imprensa avaliada como instrumento de dominação dos patrões burgueses interessados em manter o povo no obscurantismo. Este era tom sustentado pelos periódicos autenticamente anarquistas como *A Plebe*, *Alba Rossa*, *Tribuna do Povo*, *A Liberdade*, *Jerminal* e *O Internacional*.

O “ rateio policial ” empreendido na residência de Ernesto Gattai -- além de expressar a lógica que movia a suspeição policial -- nos permite reconstituir o perfil do leitor anarquista moldelado principalmente pela imprensa libertária internacional. O jornal *L’Aduanata dei Refrattari*, por exemplo, era bilíngue (inglês e italiano) editado pela comunidade italiana radicada nos Estados Unidos e lido pelos anarquistas italianos no Brasil²³. Circulou em

¹⁹ “ Comunicado de prisões”. São Paulo, 14 de outubro de 1937 e “ Informe”, por Ernani Pereira Leite. São Paulo, 14 de outubro de 1940. *Pront. n° 4688, de Ernesto Gattai*, p. 54. DEOPS/SP. AESP.

²⁰ “ Termo de Declaração de D. Angelina Gattai, filha de Eugenio Daccol e Josephina Daccol ” {ou Da Col} . São Paulo, 27 de fevereiro de 1937. *Pront. n° 4688, de Ernesto Gattai*. DEOPSD/SDP. AESP.

²¹ Zélia Gattai, *op. cit.*, p. 242.

²² Relatório do Encarregado de Serviços de Investigação, Escrivão “ ad-hoc”. São Paulo, 15 de janeiro de 1937, Doc.9. *Pront. n° 4688, de Ernesto Gattai*. DEOPSD/SP. AESP>

²³ Um extenso inventário foi realizado por Lucia Parra Silva que, em sua Iniciação Científica/FAPESP, arrolou documentos expressivos da resistência anarquista no Brasil. Este estudo encontra-se no prelo sob o título *Anarquistas Rebeldes. A resistência anarquista em São Paulo e o DEOPS (1924-1945)*. Série Inventários DEOPS, organizada por Tucci Carneiro. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado de São Paulo (no prelo).

New York entre 1922-1971, período em que contou com vários editores, dentre os quais Osvaldo Maraviglia (1922-1954) e Max Sartin, pseudônimo de Raffaele Schiavina. Exemplares deste periódico já haviam sido confiscados em 1936 de Hugo Vittorio e do algeriano Ângelo Lasheras ou Las Heras; sendo o primeiro acusado de comunista e o segundo de “perigoso propagador de idéias anarquistas”, estigma que lhe valeu a prisão até 1939. Desenhista de profissão, Las Heras foi o autor de uma alegoria sobre Revolução Social na Espanha, datada de 1933, imagem multiplicada numa série de boletins subversivos²⁴.

Além do *L’Aduanata*, outros jornais foram apreendidos pela censura postal: *Brazo y Cerebro*, *La Protesta*, *Tierra y Libertad*, *El Luchador*, além de boletins sobre a guerra civil espanhola²⁵. Neste universo de leituras libertárias é que inserimos os jornais paulistanos *Alba Rossa* – lançado em 1919, redigido em italiano pelo estucador e anarquista Antonelli e editado por Oreste Ristori e A. Bandoni --, *La Difesa*, editado por N. Voza desde 1923, e o *Spaghetto*, também confiscado de Ernesto Gattai, editado em São Paulo desde 1919²⁶.

*A Lanterna*²⁷, semanário porta-voz das ligas anticlericais de São Paulo, fazia parte das leituras diárias e sistemáticas de um autêntico anarquista. O jornal circulava em São Paulo desde 7 de março de 1901 quando foi lançado com a volumosa tiragem de 10 mil exemplares. Entre 1901-1904, *A Lanterna* publicou 60 exemplares, recomeçando em 1909 sob a direção de Edgard Leuenroth, fase que atingiu 293 exemplares até 1916. Os exemplares que estavam sob a guarda de Ernesto Gattai correspondiam a terceira fase do jornal que, com grandes dificuldades, conseguiu colocar na praça apenas 45 números adicionais entre 1933-1953²⁸. Reconhecido por suas agressivas caricaturas anticlericais e pelo seu intenso poder de persuasão, *A Lanterna* havia anunciado em seu primeiro editorial “a que vinha”:

“Somos apenas um punhado de homens. Somos 10 ? 20? Que importa ? Seremos legião amanhã, quando todos os que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatismo embrutece os povos, decidirem vir engrossar as nossa fileiras”²⁹.

A própria Zélia Gattai atuou como vendedora do jornal anarquista *A Lanterna* e do jornal socialista *La Difesa*, atividade exercida durante as reuniões políticas realizadas no Salão das Classes Laboriosas. Valendo-se de *slogans* anticlericais inspirados nas poesias de Guerra Junqueiro, a *menina-jornaleira* cumpria seu papel de jovem ativista somando forças com as *estafetas*, adolescentes que auxiliavam na distribuição de panfletos impressos na clandestinidade. Este material de propaganda partidária costumava ser distribuído nas portas das fábricas, dos teatros operários ou durante pic-nic “políticos” realizados na periferia de São Paulo.

Na década de 30 fica evidente o recuo dos anarquistas e o avanço dos comunistas que, a cada dia, conquistavam maior espaço junto a massa trabalhadora e aos intelectuais brasileiros. Esta realidade fica evidente no cotidiano da família Gattai que, durante o Estado Novo, já não frequentavam mais as reuniões anarquistas nas *Classes Laboriosas* ou na *Lega Lombarda*. Segundo Zélia, esta alteração devia-se a “problemas concretos, com todas as suas implicações: a luta anti-fascista, anti-racistas e antiimperialistas absorvia meus pais, afastando-os, aos poucos, da utopia anarquista”³⁰. Esta transformação se faz evidente nos documentos policiais que, após 1935, reivindicavam o passado anarquista do “suspeito” para incriminá-lo como comunista.

O cotidiano fantástico de Zélia Gattai

²⁴ *Pront. n° 1020, de Ângelo Las Heras*. DEOPS/SP. AESP.

²⁵ *Pront. n° 1020, de Ângelo Lasheras ou Las Heras*. Cf inventário elaborado por Lúcia Parra Silva, *op. cit.*

²⁶ Maria Nazareth Ferreira, *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, pp.

²⁷ Outros periódicos, com vida efêmera, circularam no Brasil com o título de *A Lanterna*: em 1878 surgiu uma revista ilustrada no Rio de Janeiro; em 1901, a entidade estudantil *A Lanterna*, fundada por Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, criou seu próprio jornal que levava o nome da associação. Cf. Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 351, 362, 365, 356, 400 e 427.

²⁸ John W. Foster Dulles, *op. cit.*, p. 25.

²⁹ *A Lanterna*, n° 1. São Paulo, 7 de março de 1901.

³⁰ Zélia Gattai, *op. cit.*, p. 266.

A maioria dos personagens que transitaram pelo cotidiano da família Gattai podem ser identificados junto ao arquivo DEOPS/SP. Fichados como “estrangeiros indesejáveis” este grupo se manteve, durante décadas, sob o olhar vigilante das autoridades policiais preocupadas em “purificar” a sociedade. Na verdade, este grupo atuou nos subterrâneos do Estado republicano enquanto resistência ao autoritarismo e aos regimes nazi-fascistas.

Zélia Gattai nasceu, cresceu e se fez mulher neste mundo da subversão. Suas oportunidades foram múltiplas, ora como membro da família Gattai, ora como esposa de Jorge Amado, escritor e comunista convicto. Ao longo de décadas, foi duplamente estigmatizada como “filha de anarquistas” e “esposa de comunista”; o mesmo acontecendo com Jorge Amado que somou, em seu prontuários DEOPS, as culpas da família Gattai. Em 1949, o escritor baiano assim foi identificado: “*Casado com Zélia Gattai, irmã [sic] de Bruno Gattai, comunista e cuja família também professa o credo vermelho*”³¹.

Entre 1935-1950, os olhares desconfiados das polícias políticas federal e paulista voltaram-se para figura de Jorge Amado incriminado pelo conteúdo dos seus livros e andanças pelo país dos soviets. Em 1948, o DEOPS informava que o escritor “encontrava-se na Rússia fazendo um curso especializado de conspiração e agitação”³². Nesta ocasião, o escritor – ex-parlamentar comunista – comentou pela Rádio de Moscou que “lá se achava escrevendo um livro dedicado a U.R.S.S”. Este fato repetiu-se inúmeras vezes em maio de 1951, quando Jorge Amado, em transmissão russa para o Brasil, voltou a fazer declarações de caráter comunista: chamou de heroína a comunista brasileira Elisa Branco, irradiou trechos do seu livro publicado na U.R.S.S. *A Vida de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança*, leu parte de *Seara Vermelha*, também de sua autoria, e afirmou que milhões de crianças morriam de fome no Brasil³³.

Assim, o mundo reconstituído por Zélia em *Anarquistas, graças a Deus*, exala conspiração, contestação e revolução por todos os poros. É nas entrelinhas da narrativa que emergem velhos e novos personagens travestidos de artesãos da revolução. Ao resgatar o clima das palestras no salão das “Classes Laboriosas” -- então no 1º andar de um sobrado na Rua do Carmo -- a autora ilumina um dos espaços sediciosos de São Paulo. Mas era nos cafés que rolavam as propostas de revolução, pontos de encontros de jornalistas, estudantes, comerciantes e operários. Uns mais intransigentes, outros mais românticos; alguns tímidos, outros mais arrojadados. No entanto, ficava

³¹ Ceb aqui uma pequena correção: Bruno era primo em primeiro grau de Zélia Gattai, filho de Guermano, um dos irmãos de Ernesto Gattai. Cf. *Pront. n° 5777, de Jorge Amado*. DEOPS/SP. AESP.

³² “Informe policial”. São Paulo, 11 de novembro de 1948. *Pront. n° 5777, de Jorge Amado*. DEOPS/SP.AESP

³³ “Informe do Delegado Chefe do SS)s/ assinatura) sobre Jorge Amado”. São Paulo, 16 de maio de 1951. Secção do Arquivo e Fichários do SS; “Informe do Reservado Mario Antonio da Silva sobre Jorge Amado”. São Paulo, 25 de novembro de 1948. *Pront. n° 5777, de Jorge Amado*. DEOPS/SP.AESP.

evidente que os liberais, democratas ou socialistas faziam questão de não serem confundidos com os “homens de gravata preta” a “la Vallière”. Cada qual no seu domínio, fosse este demarcado pela moda ou pela ideologia. Cada qual encarava a seu modo os males sociais sem, entretanto, perder de vista as experiências francesa, italiana e espanhola.

Era no *Café Guarani* -- localizado na Rua Quinze, próximo ao largo Antonio Prado e ao lado da Galeria de Cristal -- que os líderes anarquistas e socialistas se encontravam para discutir os mais recentes “tratados políticos”. O *Café*, muitas vezes, transforma-se num verdadeiro campo de batalha dividido por valores absolutos. Em torno das tradicionais mesinhas de mármore costumavam se sentar Antonio Piccarolo, Paolo Mazzoldi, diretor do semanário *Don Chisciotte*, Oreste Ristori, diretor de *L’Alba Rossa*, Alessandro Cerchiai e Gino Damiani, diretores de *La Battaglia*³⁴.

Além do *Café Guarani*, os anarquistas italianos e espanhóis costumavam se reunir no *Salão das Classes Laboriosas* e na sede da *Liga Lombarda*. Não é por acaso que Zélia, ao acompanhar seus pais nas reuniões políticas das Classes Laboriosas, se empolgava com a presença dos líderes Edgard Leuenroth, José Oiticica, Alessandro Cerchiai, Ângelo Bandoni, Oreste Ristori e o Conde Fróla. Oreste Ristori -- natural de Empoli, Firenze (Itália) -- além de eminente orador, conselheiro literário de Zélia Gattai, tem seu nome atrelado a história da imprensa anarquista no Brasil. Editor do jornal *La Battaglia* que, em 1906, teve suas oficinas invadidas pela polícia. Foi também diretor do jornal anticlerical *El Burro* quando de sua estada na Argentina, de onde foi expulso em 1919, vindo a refugiar-se em Montevideu. Nos anos 30, Ristori foi fichado pelo DEOPS/SP como militante comunista, participante do Comitê Antiguerreiro e Antifascista onde fazia campanhas contra a guerra na Abissínia e na Etiópia. Foi preso em dezembro de 1935 após proferir conferência em uma reunião antifascista, tendo livros e boletins confiscados como material subversivo após auto de busca e apreensão em sua residência em São Paulo³⁵.

José Oitica, crítico literário, filósofo, poeta, era filho de senador proprietário de terras no Estado de Alagoas. Em 1912 começou a participar da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, aderiu ao movimento anarquista tendo como base teórica suas experiências e reflexões sobre o estado e a sociedade. José Oiticica chegou a propor, em carta de 1935, a organização no Rio de Janeiro de uma *Liga Feminina do Livre Pensamento*. O brasileiro John Dulles dá grande ênfase a contribuição de José Oiticica ao movimento anarquista carioca onde, ao lado de Fábio Luz, participou ativamente de palestras com o intuito de educar moralmente os operários. Clamava pelo

³⁴ Franco Cenni, *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes; Edusp, 1975, pp. 285,186.

³⁵ *Pront. n° 364, de Oreste Ristori*. DEOPS/SP. AESP.

amor livre, era contra o sufrágio universal e defendia como ideal elevar as massas, além de aspirar a “aristocratização dos democratas”³⁶.

Alessandro Cerchiai – italiano de origem e frequentador das reuniões no Salão das Classes Laboriosas -- era redator do jornal *La Battaglia*. Sua ficha de antecedentes criminais o apresentam como reincidente: em 1908 havia sido fichado como infrator do art. 119 do Código Penal e, em 1911, dos arts. 119 e 122. Consta também sua prisão e condenação na Itália em 1917 por “furto e anarquismo”. Em São Paulo foi identificado pelo DEOPS em 1933 como anarco-comunista acusado de receber manifestos do Partido Comunista francês³⁷.

A preferência de Angelina Gattai por Edgard Leuenroth, frequentador e conferencista das *Classes Laboriosas*, não era gratuita. Jornalista, brasileiro nascido em Mogy-Mirim (SP), Leuenroth militava no movimento anarquista desde 1907. Além de ter sido um dos principais articuladores da greve de 1917, era o editor dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna*. Edgard, em co-autoria com Hélio Negro (pseudônimo de Antônio Candeias Duarte) redigiu em abril de 1919 o livro *O que é o Maximismo ou Bolchevismo: Programa Comunista*, no qual idealizava uma República Comunista, fundamentada em princípios anarquistas. Em junho deste mesmo ano, *A Internacional* anunciava a fundação do Partido Comunista de São Paulo que imediatamente ganhou adeptos, muitos dos quais ex-anarquistas. Em 1927, Leuenroth foi preso ao discursar em homenagem à Sacco e Vanzetti no Largo da Concórdia, tema amplamente debatido pelos anarquistas e operariado paulista, em geral. Em janeiro de 1936, o conhecido editor foi preso preventivamente e, em julho do mesmo ano, foi posto em liberdade para recuperar-se de uma moléstia infecciosa. Seu processo foi arquivado no ano seguinte³⁸.

A rebeldia das mulheres anarquistas

É nas mulheres que se concentra o olhar de Zélia Gattai seduzida pela ação daquelas que caminhavam na contramão rompendo com os padrões ideais de “esposa-mãe, dona do lar”. A emancipação da mulher, a luta contra a desigualdade social, o anticlericalismo e o direito ao voto eram alguns dos temas defendidos pelas mulheres libertárias. Ao lembrar-se de sua mãe Angelina, Zélia a descreve como “sonhadora, sensível, nascida para tarefas intelectuais. Nunca fora boa dona de casa; mas era íntima do italiano Dante Aleghiere e do brasileiro Castro Alves. Sabia versos

³⁶ *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1919 apud John Dulles, *op. cit.*, pp. 34-35, 88.

³⁷ *Pront. n° 1319*, de Alexandre Cerchiai. DEOPS/SP. AESP; Lucia Parra Silva, *op. cit.*

³⁸ *Pront. n° 122*, de Edgard Leuenroth. DEOPS/SP. AESP.

anarquistas, sofria com os *Miseráveis* e empolgava-se com o *Acuso !*, de Zola”³⁹. Ainda que politizada, Angelina tinha seus limites por “ não se sentir oprimida”. Ao ser visitada por Maria Préstia, discípula de Bertha Lutz, deu para trás ao ser convidada para participar de uma manifestação feminista. Daí o pouco espaço dedicado a ação de Bertha Lutz em *Anarquistas, graças a Deus*.

No entanto, esta questão – os direitos da mulher -- fazia parte do debate que ilustrava as revistas femininas e aquecia as reuniões anarquistas. Os tempos narrados por Zélia, nos remetem a última década do século XIX e início do XX quando os primeiros brados femininos se fizeram ouvir. Julia Lopes -- ativista feminista e autora de inúmeras obras literárias e colaboradora das revistas *Ilustrada Brasileira*, *A Semana* e *Mensageira* --, participou em 1922, ao lado de Bertha Lutz, do 1º Congresso Feminino. Neste mesmo ano, Cecília Bandeira de Mello Rebêllo de Vasconcelos, cronista e romancista, lançava *Gritos Femininos*⁴⁰.

Desde então, as mulheres começaram a incomodar, conquistando espaço político e social através da palavra escrita e oral. Palestras, livros, artigos em revistas e jornais transformaram-se em instrumentos de propaganda e luta em prol dos direitos da mulher. Ercília Nogueira Cobra teve dois de seus livros confiscados pelo DEOPS: *Virgindade Anti-higiênica* (1924) e *Virgindade Inútil* (1924)⁴¹.

Os mais variados temas preocupavam estas mulheres/ativistas que ousavam falar sobre anti-clericalismo, o fascismo, anti-semitismo, a mulher e o direito ao voto. Nos anos 30, por exemplo, Isabel Cerrutti -- professora, anarquista e colaboradora de *A Plebe* e membro do Comitê Feminino de Educação – homenageou durante uma reunião na Liga Lombarda em São Paulo, um comunista vítima de um acidente quando colocava uma bandeira vermelha em um fio de alta tensão da Light. Participavam deste encontro cerca de 500 pessoas dentre anarquistas, comunistas e anti-fascistas⁴². Nesta mesma época, o jornal *A Plebe* convocava os trabalhadores e as mulheres, principalmente, para uma palestra sobre anti-semitismo a ser proferida por Maria Lacerda de Moura, tema indigesto para um governo que tratava os judeus como uma “ raça indesejável”⁴³.

Maria Lacerda de Moura pode ser considerada como a mais inovadora e radical escritora anarquista. Teve como seu opositor Alexandre Kollantai, membro da oposição operária do Partido Bolchevique. Mineira nascida em 1887, foi influenciada pelas idéias anticlericais de seu pai

³⁹ Zélia Gattai, *op. cit.*, p. 164.

⁴⁰ Mary Del Priore (org.), *História das Mulheres*. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.

⁴¹ Sobre esta autora ver Maria Lucia Mott, *Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra*. São paulo. Cadernos de Pesquisa (58), ago., 1986.

⁴² *Pront. n° 2599, de Isabel Cerutti*. DEOPS/SP. AESP; Lúcia Parra Silva, *op. cit.*

⁴³ *Pront. 857, de Maria Lacerda de Moura*. DEOPS/SP. AESP; Lúcia Parra Silva, *op. cit.*; Maria Luiza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Modesto Lacerda. Fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina dedicada a lutar pelos direitos civis da mulher e da criança. Lançou em 1923 uma revista mensal intitulada *Renascença* cujo objetivo era lutar pela emancipação feminina, a divulgação da arte, da música e da poesia ⁴⁴. Apesar das suas intenções de instruir e defender a mulher, *Renascença* caiu nas matérias frívolas. Sem financiamento, não chegou a publicar muitos números. Expressam o pensamento, de Maria Lacerda de Moura as obras: *Em torno da Educação* (1918), *A Mulher é degenerada ?* (1924), *Lições de pedagogia* (1925), *Religião do Amor e da Beleza* (1926), *Clero e Estado* (1921), *Amai e não vos multipliqueis* (1937), *Han Ryner e o Amor no Plural* (1933), *Serviço Militar Obrigatório para mulher ?- recuso-me, denuncio !* (1933) ⁴⁵.

O importante é que as portas foram abertas por estes homens e mulheres que lutaram por seus direitos, ainda que esquecidos pela historiografia brasileira. Carecemos de estudos que invoquem a “revolta das consciências”, sejam elas de qualquer raça, sexo ou religião. Enfim, não devemos perder de vista a totalidade da resistência. Por mais paradoxal que pareça, cabe sempre um reconhecimento mais amplo àqueles que, no passado recente, foram rotulados “indesejáveis” e, como tais, banidos da sociedade.

⁴⁴ Dulcília Schroeder Buitoni, *Imprensa Feminina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 46; Miriam Moreira Leite, *Outra face do Feminismo. Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Atica, 1984; Branca Moreira Alves, *Ideologia do Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980...

⁴⁵ Relação de títulos apresentada por Lúcia Parra Silva, op. cit.